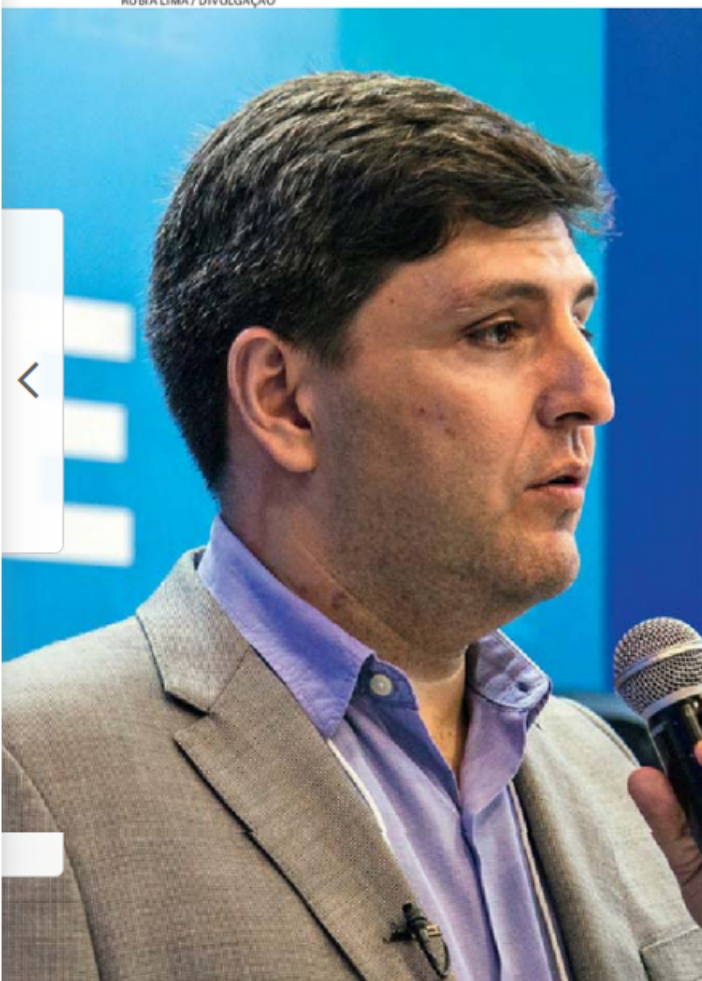


# AVANÇOS EXIGEM BOA ARTICULAÇÃO

Governo federal deve assumir seu papel em programas e políticas de inovação, com ações também de Estados e municípios

RUBIA LIMA / DIVULGAÇÃO



Bastos, da UPE: vamos replicar o modelo do Porto Digital

O posicionamento da inovação como pilar econômico exige que o governo federal retome seu papel de articulador nos programas e políticas públicas voltados ao desenvolvimento científico e tecnológico. Entre as funções da esfera federal está a de direcionar o ecossistema. “A conexão com as estratégias nacionais norteia e estimula investimentos privados”, comenta Rosilda Prates, presidente da P&D Brasil, associação de empresas de desenvolvimento tecnológico nacional e inovação.

Segundo ela, promover a tecnologia nacional é uma forma eficiente de agregar valor à produção, permitindo a reconstrução da indústria em uma base robusta e sustentável. “Quando a inovação é produzida no país, 85% da riqueza gerada fica dentro das fronteiras”, afirma Prates. Ainda de acordo com ela, o país possui instrumentos capazes de estimular inovação, mas são necessárias avaliações e adaptações para ampliar o acesso a recursos e benefícios. “A Lei do Bem e a Lei da Informática são incentivos relevantes, mas estão disponíveis para um grupo de empresas”, diz.

A Lei do Bem, por exemplo, é restrita a companhias que operam no regime de lucro real – um universo pequeno no Brasil. “Quando há investimentos em ciência, tecnologia e inovação, há melhoras na educação, na saúde e na qualidade de vida das pessoas. O benefício não é só para as empresas”, defende Prates. De acordo com dados da Receita Federal, as renúncias fiscais para estimular a inovação somaram R\$ 10,8 bilhões no ano passado, sendo que a Lei do Bem concentrou R\$ 3,5 bilhões e a Lei da Informática, R\$ 6,9 bilhões.

Carlos Américo Pacheco, diretor-presidente do conselho técnico-administrativo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), aponta outra ação necessária: a estruturação de um programa robusto para estímulo às startups. “As iniciativas que temos são tímidas. Para suprir as demandas tecnológicas do país, temos de ter escala”, comenta. Ele cita exemplos como o de Israel, que apostou nas novatas como alavanca econômica. No Brasil, lembra Pacheco, 75% das startups nunca tiveram acesso a financiamento. “Além de produzir tecnologia, estas empresas



PAULO NEGREIROS / DIVULGAÇÃO

**Prates, da P&D Brasil: estratégias nacionais estimulam investimentos privados**

serão responsáveis por renovar o tecido industrial brasileiro”, reforça.

Para Lisa Worcman, sócia do escritório de advocacia Mattos Filho, também é preciso promover mudanças institucionais para estimular o empreendedorismo e reconhecer a importância das startups. “Faltam [no marco legal da inovação] artigos específicos sobre estas empresas”, afirma, relatando que a regulamentação define bem os papéis dos institutos de pesquisa e das companhias tradicionais que investem em inovação. “As startups são muito diferentes do perfil de empresa privada contemplado.” A advogada ainda ressalta que as lacunas do marco legal da inovação não foram resolvidas pela lei das startups.

Estados e municípios são outros elos governamentais que devem incorporar as políticas de inovação. Em Pernambuco, a estratégia é espalhar polos de inovação pelo Estado, com uma abordagem integrada entre academia, governo e base produtiva. “Temos uma experiência muito bem-sucedida em Recife, o Porto

Digital. Vamos replicar o modelo”, diz Carmelo Bastos, professor da Universidade de Pernambuco (UPE), coordenador da Rota TIC Mangue Digital, membro sênior do IIEEE e diretor de ambientes de inovação e formação superior da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti).

Segundo dados indicados por Bastos, com 22 anos de operação, o Porto Digital abriga 350 empresas, emprega 14 mil pessoas e soma faturamento superior a R\$ 3 bilhões por ano. “A partir deste exemplo, nós começamos a estruturar políticas de desenvolvimento para Pernambuco. A meta é modernizar a matriz produtiva”, destaca. Com a complexidade da economia do Estado em mente, o governo criou times para elaborar iniciativas que atendam setores que vão da fruticultura no Vale do São Francisco à indústria automotiva na Zona da Mata Norte.

Para ter aderência setorial e territorial, a Secti costurou parcerias com o próprio Porto Digital, o Ser-

viço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), com institutos federais, universidades e associações de classe. “Temos 30 polos estimulando inovação, produtividade e competitividade”, diz. As atividades são coordenadas pela Secti em parceria com a equipe de desenvolvimento econômico.

A promoção das políticas de inovação exigiu reforço nos cofres da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe). O orçamento da instituição no ano passado chegou a R\$ 78 milhões. Deste total, 14% (ou R\$ 11 milhões) foram alocados no interior do Estado, financiando bolsas, auxílios e projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Em 2022, mais um aumento, diz Bastos, colocou à disposição da Facepe R\$ 96 milhões. “Não basta injetar dinheiro no sistema, é preciso planejar e definir para onde o recurso vai, com base no mapeamento das necessidades de cada região”, ressalta.

Outra frente da ação pernambucana é a capacitação de profissionais. “Se quisermos ter sucesso, temos de formar pessoas para a Indústria 4.0, trazendo cursos em áreas como inteligência artificial, internet das coisas, robótica e energias renováveis”, comenta Bastos. Além de aulas teóricas, os programas envolvem ensino prático, com o direcionamento de estudantes para atuar nas empresas. “Formação para o setor produtivo exige parceria e proximidade.”

De acordo com Bastos, a estrutura de polos de inovação montada em Pernambuco tem potencial para se espalhar pelo Nordeste, promovendo a extensão tecnológica da região. “Estamos conversando com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que tem interesse no modelo.” Para ele, o avanço regional fortalece a economia pernambucana e a brasileira. “Inovação é um jogo coordenado de parcerias, onde todos ganham”, afirma.